DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 3610/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/12862/2019
PROTOCOLO	: 2009055
ENTE/ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE BODOQUENA
REQUERENTE	: JUN ITI HADA (PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA)
TIPO DE PROCESSO	: PEDIDO DE REVISÃO EM FACE DO ACÓRDÃO AC00-668/2019
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

Examina-se, nos presentes autos, a matéria do Pedido de Revisão proposto pelo senhor JUN ITI HADA (Prefeito Municipal na época dos fatos), devidamente recebido pela Presidência DSP – GAB.PRES. – 43139/2019 (pç. 2, fl. 8), contra os efeitos do Acórdão AC00 – 668/2019 (pç. 9, fls. 77-82) proferida nos autos TC/15446/2016/001 que manteve o teor da Decisão Singular DSG – G.MJMS - 16863/2017 proferida nos autos do TC/15446/2016.

Quanto à Decisão Singular e ao Acórdão atacado, verifica-se o seguinte teor da parte dispositiva:

> DSG – G.MJMS – 16863/2017 (TC/15446/2016):
>
> Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da ICEAP e do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:
>
> 1) Pelo **Registro dos Atos de Admissão – Contratos Temporários** dos servidores, **Sr.ª Ana Paula da Silva Lima, Sr. Michel Souza de Oliveira**, para exercerem o cargo de Enfermeiro, da **Sr.ª Maria Ivete Felicia de Oliveira**, **Sr.ª Roseli Marques de Arruda**, **Sr. Fábio de Olanda Flauzino**, para exercerem o cargo de Técnico em Enfermagem, **Sr. Rodrigo Queiroz das Chagas**, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo, e **Sr.ª Erica Laiz Davalos Pereira**, para exercer o cargo de Fisioterapeuta, todos na Prefeitura Municipal de Bodoquena, com fulcro no artigo 34, inciso I da LC nº 160/2012 c/c artigo 10, inciso I do Regimento Interno desta Corte de Contas;
>
> 2) Pela aplicação de **MULTA** equivalente ao valor de **30 (trinta) UFERMS**, ao Sr. Junt Iti Hada – Ex-Prefeito Municipal, pela não remessa de documentação obrigatória ao Tribunal de Contas dentro do prazo legal quanto ao contrato, com base no artigo 10, §1º, inciso III do Regimento Interno deste Tribunal de c/c o artigo 44, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012.
>
> AC00 – 668/2019 (TC/15446/2016/001):
>
> Diante do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e **VOTO** pelo **CONHECIMENTO** do presente recurso ordinário, porque presentes os pressupostos de admissibilidade, e no mérito pelo **DESPROVIMENTO**, mantendo-se o inteiro teor da Decisão Singular n. 16863/2017 proferida no processo TC/MS n. 15446/2016 (...) (os destaques constam do texto original).

Em síntese, o requerente pleiteia pela reconsideração da Deliberação de Acórdão AC00 – 668/2019 exarada nos autos, dando quitação legal e regular a instrução do Processo TC/15446/2016, devidamente justificado nos autos, isentando o subscritor da cominação legal imposta no montante de 30 (trinta) UFERMS, pugnando pelo recebimento da peça revisional no efeito suspensivo.

Contudo, é necessário registrar que:

- no transcorrer do processo de revisão, o senhor JUN ITI HADA efetuou o pagamento da penalidade a ele infligida na Decisão Singular DSG – G. MJMS – 16863/2017, conforme se observa na Certidão de Quitação de Multa, emitida pela Gerência de Controle Institucional do Processo TC/15446/2016 (pç. 28, fls. 109-110);
- o pagamento da multa pelo requerente foi realizado com o desconto decorrente da adesão ao programa de concessão de redução de créditos devidos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), previsto na Lei Estadual n. 5.454, de 15 de dezembro de 2019, e regulamentado na Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020.

Seguindo os ritos regimentais os autos foram encaminhados à Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), para análise e verificação da matéria, instrumentalizada pela Análise n. 4797/2021 (pç.9, fls. 15-18) do presente processo, que concluiu no sentido de conhecer o presente pedido de revisão e sugerir pelo não provimento.

Na sequência, os autos foram encaminhados ao Representante do Ministério Público de Contas, que emitiu o Parecer PAR - 3ª PRC – 4258/2022 (pç. 10, fls. 19-20), opinando não conhecimento e não provimento do pedido de revisão, bem como pela extinção e consequente arquivamento do presente feito, haja vista que o jurisdicionado aderiu ao REFIS e pagou a multa, o que implica na confissão irretratável da dívida, renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa.

É o Relatório.

DECISÃO

Acerca da matéria em exame, tenho como certo, em juízo preliminar, que o feito não tem fundamento para subsistir, em razão da falta superveniente do interesse processual do requerente.

E a falta superveniente de interesse processual decorre do fato de que o senhor Jun Iti Hada efetuou o pagamento da multa a ele infligida, com o benefício do desconto decorrente do programa de concessão de redução de créditos devidos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC). A Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020, que regulamenta tal programa, prevê:

> Art. 5º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos, conforme regulamenta esta Instrução Normativa, constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC. (...)
>
> Art. 6º (...) § 1º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios.

Portanto, tendo advindo fato novo no transcorrer "da marcha processual", significativo da realização do pagamento da multa pelo requerente, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente, ensejando a extinção do processo sem a resolução de mérito. Nesse sentido, os seguintes precedentes judiciais:

- RECURSO ORDINÁRIO. PERDA DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇAO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO. ARTIGO 267, VI, CPC [atualmente art. 485, VI, do CPC]. Se no curso da marcha processual advir fato novo capaz de tornar inócua a existência jurídica do processo, por inconteste perda do objeto vindicado no feito e pela falta de interesse superveniente, este deverá ser extinto sem resolução de mérito, na esteira do art. 267, inciso VI, do CPC. (TRT-14 - RO: 672 RO 0000672, Relator: JUIZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA ARLENE REGINA DO COUTO RAMOS, Data de Julgamento: 27/10/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.0199, de 03/11/2010)
- AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESBLOQUEIO DE VALORES. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Não mais subsiste o interesse recursal do recorrente porque a tutela jurisdicional ora postulada já foi atendida pela decisão, proferida em Agravo de instrumento relacionado, e que determinou o desbloqueio do numerário pertencente ao agravante. (TRF-4 - AG: 50084087620194040000 5008408-76.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 04/09/2019, QUARTA TURMA)

Entendo, portanto, que o requerente, ao pagar a multa, cumpriu as determinações a ele impostas pela Decisão Singular DSG – G.MJMS -16863/2017 e mantidas pelo Acórdão AC00 – 668/2019, ocasionando a perda de objeto do processo revisional. Em razão disso, o presente processo deve ser extinto, sem resolução de mérito, e arquivado, em conformidade com o disposto no art. 485, VI, do Código de Processo Civil – aplicável ao caso pela regra do art. 89 da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Assim, diante do exposto, acolho a manifestação do Ministério Público de Contas (MPC) e, dando cumprimento ao art. 6º, § 2º da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13/2020, **DECIDO** pela **extinção**, sem resolução de mérito, e **arquivamento** do Processo TC/12862/2019, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, e no art. 11, V, "a", do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018), em razão da ocorrência de fato

novo no transcorrer do andamento processual (correspondente ao pagamento, pelo requerente, da multa a ele infligida por meio da Decisão Singular DSG – G.MJMS - 16863/2017 e mantida pelo Acórdão AC00 – 668/2019), o qual ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente do requerente.

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 05 de maio de 2022.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

MCL